

## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



### Narrativas de reexistência de professoras negras do ensino superior de Santa Catarina

Daíra Andréa de Jesus

*daira@unifebe.edu.br*

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Ana Claudia Delfini

*anaclaudia.univali@gmail.com*

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

#### RESUMO

Este artigo bibliográfico e documental, de caráter qualitativo e explicativo, revela um fragmento do estudo teórico para o desenvolvimento de tese que discute “as experiências” e “os saberes das experiências” das professoras negras das universidades federais de Santa Catarina, no enfrentamento do racismo/machismo epistêmico, sob um olhar interseccional e decolonial. Enquanto a tese vem sendo esculpida, o objetivo geral deste trabalho é analisar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras negras das Universidades Federais de Santa Catarina. Os objetivos específicos são: problematizar a ausência de dados unificados de gênero e de raça do corpo docente do ensino superior, disponibilizados pelo Censo; mapear a presença de professoras negras nas Universidades Federais de Santa Catarina; e visibilizar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras universitárias negras. A análise de dados estatísticos e das epistemologias decoloniais aqui tecidas, juntamente com as perspectivas interseccionais, servirão como fundamento para a realização de entrevistas com professoras universitárias negras, que atuam, preferencialmente, na área da Educação, nas universidades federais catarinenses - UFSC, campus Florianópolis e UFFS, campus Chapecó -, a partir da metodologia da história oral. Os resultados do artigo apontam para a caracterização de assimetrias intragênero e para a importância da atuação das docentes universitárias negras, ainda que sub-representadas, na construção de uma educação feminista decolonial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação feminista decolonial. Ensino superior. Professoras negras. Narrativas de reexistência. Santa Catarina.

#### ABSTRACT

This bibliographical and documentary article, which is qualitative and explanatory in nature, reveals part of a theoretical study for the development of a thesis that discusses the "experiences" and "knowledge of experiences" of black female professors at federal universities in Santa Catarina, in the fight against racism/epistemic chauvinism, from an intersectional and decolonial perspective. While the thesis is being sculpted, the general objective of this work is to analyze the identity, training and pedagogical experiences of black female professors at the Federal Universities of Santa Catarina. The specific objectives are: to problematize the lack of unified data on gender and race of higher education teaching staff provided by the Census; to map the presence of black female teachers in the Federal Universities of Santa Catarina; and to make visible the identity, training and pedagogical experiences of black female university teachers. The analysis of statistical data and decolonial epistemologies used here, along with intersectional perspectives, will serve as the basis for interviews



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



with black female university professors who work, preferably in the field of education, at federal universities in Santa Catarina - UFSC, Florianópolis campus and UFFS, Chapecó campus - using oral history methodology. The results of the article already point to the characterization of intragender asymmetries and the importance of the work of black university professors, although underrepresented, in the construction of a decolonial feminist education.

**KEY WORDS:** Decolonial feminist education. Higher education. Black female professors. Narratives of reexistence. Santa Catarina.

### INTRODUÇÃO

As mulheres negras<sup>1</sup> que metaforicamente simbolizam o Sul Global ou o “primitivo Terceiro Mundo”, são impactadas pela feminização da pobreza e por outros fenômenos decorrentes da disparidade de gênero e não estão imunes às consequências do colonialismo, regado ao racismo, à toda a sorte de humilhações, aos trabalhos forçados, espancamentos, estupro e apagamentos epistêmicos. A atemporalidade deste passado de sistemática brutalização e desumanização - numa melhor definição, a atemporalidade da colonialidade - se constata nas feridas que não cicatrizam, perpetuando-se por meio de racismos estruturais, institucionais, capilares e recreativos e por meio de cenas coloniais cotidianas, inclusive, no ambiente universitário (KILOMBA, 2019).

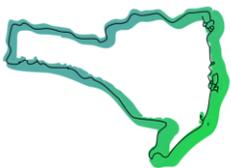
Os microdados do Censo do Ensino Superior, disponibilizados em 2021, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, apontam que 44,4% da docência universitária federal catarinense<sup>2</sup>, é composta por mulheres, mas o total de professores que se declararam negros na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS é de apenas 6,9% e na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC é de 0,3%. Apesar da Lei nº 12.990 de 2014, que reserva 20% de cotas para o ingresso de pessoas negras na carreira pública federal, de acordo com o Censo do Ensino Superior, o percentual de falta de informações referente à UFFS é de 4,1% e o percentual referente à UFSC é de 97,1%. Além disso, na coleta de dados empreendida pelo INEP, não consta a unificação dos marcadores de gênero e de raça, portanto, no Censo, não existem indicadores específicos sobre as docentes negras, que ao existirem e resistirem - isto é reexistirem - transgridem o *status quo* acadêmico, orquestrando desprendimentos e insurgências epistemológicas, de uma lógica majoritariamente eurocêntrica e branca.

A materialização do racismo estrutural (ALMEIDA, 2021), institucional (ALMEIDA, 2021) e do racismo de gênero (KILOMBA, 2019), é manifesta. A partir daí, o problema de pesquisa para o qual se debruça é: quais são as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras negras das Universidades Federais de Santa Catarina? Em resposta à questão problema, o objetivo geral da pesquisa é: analisar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras negras das Universidades Federais de Santa Catarina. Os objetivos específicos são: problematizar a ausência de dados unificados de gênero e de raça do corpo docente do ensino superior, disponibilizados pelo Censo; mapear a presença de professoras negras nas Universidades Federais de Santa Catarina; e visibilizar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras universitárias negras.

A importância da pesquisa exsurge da necessidade de valorização da trajetória de intelectuais negras, cujas vozes, por vezes, acabam enclausuradas; da compreensão de suas opções pedagógicas; da possibilidade “das educações” que podem promover; do fomento de iniciativas que detenham o esvaziamento das epistemologias negras e decoloniais e da necessidade de problematização do perfil

<sup>1</sup> Neste estudo, a expressão abarca a soma de pessoas pretas e pardas de acordo com a classificação do IBGE.

<sup>2</sup> Representa a soma dos números referentes à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Chapecó, com 409 professoras e à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com 1.008 docentes.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



racial da docência universitária catarinense. Ademais, é preciso que se compreenda que no Sul, a negritude também se faz presente. A historiografia do estado de Santa Catarina retrata a exaltação da colonização euro-branca, diretamente relacionada à noção de “desenvolvimento” e de “pureza”, invisibilizando a presença e o protagonismo das mulheres negras.

Vale-se de abordagem qualitativa e explicativa, por meio do uso de pesquisa documental e bibliográfica, fundamentada nos estudos de Adichie (2019), Césaire (1978), Crenshaw (2002), Delfini (2022), Gonzalez (2020), Hall (2006), hooks<sup>3</sup> (2017), Fanon (2008), Kilomba (2019), Lorde (2019), Lugones (2014), Maldonado-Torres (2007), Mignolo (2013), Quijano (2009), Ribeiro (2017), Spivak (2010) e Walsh (2017) e de uma parte do estado de conhecimento de tese em andamento, que discute “as experiências” e “os saberes das experiências”<sup>4</sup> das professoras negras das universidades federais de Santa Catarina, no enfrentamento do racismo/machismo epistêmico, sob um olhar interseccional e decolonial. A pesquisa serve de fundamento para a futura realização de entrevistas com docentes negras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, campus Florianópolis e da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Chapecó.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de pesquisa qualitativa e explicativa, com a aplicação da técnica da pesquisa bibliográfica e documental, extraindo de livros e artigos, os núcleos centrais das epistemologias decoloniais, convergentes aos escopos da pesquisa e extraindo dados sobre a docência universitária, de teses, dissertações e de requerimentos formulados para as próprias universidades federais catarinenses (e-mail e portal Gov.br). Esta pesquisa, somada aos estudos sobre interseccionalidade, é a base para a realização de entrevistas virtuais realizadas via aplicativo Google Meet, semiestruturadas, gravadas e transcritas, com a utilização da metodologia da história oral<sup>5</sup> (DELGADO, 2006) e analisadas sob a perspectiva da hermenêutica (MINAYO, 2021), com 4 docentes negras que atuam, preferencialmente, na área da Educação, das universidades federais catarinenses.

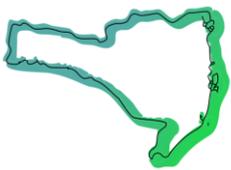
Adichie (2019), cirurgicamente entou que as histórias importam e que podem ser usadas para empoderar, humanizar, reparar a dignidade despedaçada. Assim, recebido o devido consentimento das professoras que se autoafirmam como negras, não haverá qualquer tentativa de ocultação dos nomes das docentes haja vista que a presente pesquisa também se revela como um tributo à intelectuais que, diariamente, irrompem com o imaginário social e com o racismo e o machismo acadêmico. Ademais, de maneira alguma, as intelectuais que, consentindo, serão entrevistadas são vistas como objetos à serem estudados, o que, caracterizaria uma colonialidade metodológica e reificaria o eurocentrismo.

### RESULTADOS

<sup>3</sup> Pseudônimo de Gloria Jean Watkins, proposadamente utilizado pela teórica com as iniciais em minúsculo, para que o foco da interpretação fosse na sua mensagem e não em si própria.

<sup>4</sup> Para Larrosa (2015), a “experiência” é o que “nos” acontece e não simplesmente o que acontece, já o “saber da experiência” é a elaboração do sentido ou da falta de sentido do que “nos” acontece. Para hooks (2017), a docência universitária é a teorização da própria existência, nominando como “paixão da experiência”, o conhecimento particular que vem do sofrimento.

<sup>5</sup> A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber [...] Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, transforma a narrativa em processo compartilhado que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e relembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana, pois não se vive em plenitude sem a possibilidade de escutar, de contar histórias e de se apreender sob a forma de conhecimento, ou melhor, de sabedoria, o conteúdo narrado (DELGADO, 2006).



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Num primeiro momento, se tece um aprofundamento acerca da categoria “decolonialidade”, que é primordial para a compreensão da dimensão da reexistência das professoras negras universitárias. Como um dos objetivos coloniais foi desumanizar o negro, a identidade coletiva que lhe é atribuída é uma alteridade forjada. Além disso, a decolonialidade é uma das chaves interpretativas da tese em andamento e que fundamenta coordenadas epistemológicas insurgentes, à exemplo da “Pedagogia Decolonial” (WALSH, 2017), da “Pedagogia das Encruzilhadas” (RUFINO, 2021) e da educação feminista decolonial, voltada para a superação das opressões raciais e de gênero e também da colonialidade.

Considera-se como um dos pontos de partida essenciais, algumas das contribuições do psiquiatra e ativista negro, Frantz Fanon, nascido na Martinica no ano de 1925 e morto, prematuramente, aos 36 anos de idade, vitimado por leucemia. Dentre as suas obras, Fanon ficou imortalizado com a publicação dos livros “Pele Negra, Máscaras brancas”, no ano de 1952 e “Os condenados da Terra”, no ano de 1961, este último, prefaciado por Jean-Paul Sartre.

A educação requer o engajamento em favor da superação das injustiças sociais, portanto é uma ação política (FREIRE, 1997). A justiça social exige efetivas ações voltadas para a igualdade de acesso à direitos. Prevista no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como um direito social, a educação deve se perfectibilizar de maneira humanística e sem reforçar os sistemas de dominação existentes. Do artigo 205 da Constituição Federal se extrai, que é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

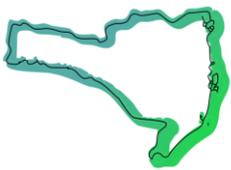
A educação, assim como, a linguagem e a cultura, assumiram papéis centrais nos estudos de Fanon (1952). No livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Fanon abordou a inferioridade do negro e denunciou o quanto a educação, a linguagem e a cultura foram utilizados de maneira estratégica para o domínio. Fanon analisou a relação colono-colonizado e pesquisou sobre as doenças mentais decorrentes do violento processo colonizador, que deixou no negro um complexo de inferioridade, o qual alcunhou de “epidermização da inferioridade”. A superioridade da razão do colonizador, se sobreponha aos conhecimentos do colonizado e toda a sorte de violência foi praticada em prol “do progresso”, estando a racionalidade moderna eurocêntrica baseada numa razão totalitária.

Fanon (1952) era bastante citado pelo patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Enxergava na educação uma importante ferramenta de combate às alienações das mentes dos colonizados e de capacitação de agentes de mudança política, capazes de lutar em busca de emancipação e da preservação da cultura e valores locais. Suas teorias pós-coloniais denunciaram justamente o impacto da experiência colonial. Césaire (1978), que foi professor de Frantz Fanon, na obra “Discurso sobre o colonialismo” retratando a colonização como uma barbárie, sentenciou que a Europa é responsável pela maior “pilha de cadáveres da história” e que, por isso, o continente é “indefensável”. No mesmo sentido, Fanon (1961) bravou que o progresso da Europa se deu “com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos”.

Academicamente mais popularizada que as contribuições de Fanon e de Césaire, que eram homens, porém, negros, a rede de pensamento/giro/inflexão decolonial latino-americana, foi constituída no final dos anos 90, com clara influência em lutas e epistemologias múltiplas, à exemplo da teoria pós-colonial das décadas de 50 e 60, dos estudos subalternos do Sul da Ásia, da teoria feminista chicana e do pensamento afro-caribenho e indígena, desenvolvendo perspectivas decoloniais<sup>6</sup>.

Contando com expoentes da envergadura de Lander, Dussel, Quijano, Mignolo, Maldonado-Torres, Castro-Gómez, Grosfoguel e Walsh, dentre outros, na crítica de Lugones (2014), a questão

<sup>6</sup> Muito embora não desconhecamos que, por vezes, o termo “decolonial” é utilizado no sentido de “descolonial”, optamos pela expressão “decolonial”, em conformidade com o uso na língua espanhola e inglesa, evitando a confusão com o processo jurídico e político que deu fim ao colonialismo, o que se harmoniza com o referencial teórico utilizado na pesquisa.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



do gênero foi deixada de lado. Curiosamente, a pensadora negra Lelia Gonzalez<sup>7</sup>, discorreu com precisão sobre as identidades de gênero no contexto colonial, discutindo sobre a formação afro-latino-americana, sem que suas contribuições científicas tivessem recebido tamanha repercussão. Gonzalez (2020), ao desenvolver os termos “amefricanidade” e améfrica ladina”, trouxe importantes perspectivas negras decoloniais brasileiras, materializadas pela máquina colonizadora de dominação dos nativos e escravização dos africanos.

Para a rede latino-americana, a colonialidade é constitutiva da modernidade, a qual, segundo Mignolo (2007) significa uma hidra de três cabeças, sendo que cada uma representa o seguinte: o progresso; o padrão de poder que desagua em formas de opressões, à exemplo do machismo e do racismo; e a decolonialidade como energia de reação à violência imperial. O aporte teórico de Quijano foi elementar para a rede M/C, já que discutiu o conceito de colonialidade, que se sustenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. O conceito está relacionado à colonização da América - que criou o conceito de raça - e com os estudos do grupo, se desdobra em colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser.

A colonialidade do saber *“tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales”* (MALDONADO-TORRES, 2007); já a colonialidade do poder está relacionada às formas modernas de exploração e dominação, ao passo que a colonialidade do ser se refere ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades (MALDONADO-TORRES, 2007).

Razão assiste à Grosfoguel (2016), quando defende que o privilégio epistêmico do homem ocidental foi construído às custas do genocídio/epistemicídios dos sujeitos coloniais, quais sejam: os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus em nome da “pureza do sangue”; os povos indígenas do continente americano, primeiro, e, depois, contra os aborígenes na Ásia; os africanos aprisionados em seu território e, posteriormente, escravizados no continente americano; e as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, que foram queimadas vivas sob a acusação de serem bruxas. Grosfoguel (2016), também questiona que o conhecimento se baseie estritamente naquele produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental.

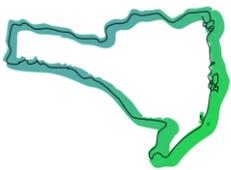
Em meio à tanto empalidecimento da utilização de táticas ancestrais, unicamente, por não serem provenientes do norte global, não se vislumbra nas universidades - historicamente inspiradas na célebre Academia de Platão e no Liceu de Aristóteles e constituídas na Europa, durante a Idade Média - a única faceta da educação ou a única forma de se produzir e compartilhar conhecimento. O ato pedagógico transcende o espaço universitário e se perfectibiliza por meio de coordenadas epistemológicas subversivas, mas se reconhece que a academia é uma importante referência de desenvolvimento humano<sup>8</sup>.

A despeito da legislação, a academia reforça as percepções coloniais ao apresentar um mundo em que negros “não têm” capacidade para ocuparem a posição de docentes. De acordo com Walsh (2017), *“no es usual que se considere a la población subalterna con valores pedagógicos. La pedagogía suele remitirse a la escuela, a los procesos formales e informales dirigidos por quienes se han preparado para llevarlos a cabo de forma legítima.”* Se fazem necessários espaços universitários para a produção de conhecimentos plurais, de viabilização e disseminação da pesquisa

<sup>7</sup> Professora, filósofa e ativista política, nascida no ano de 1935 e falecida no ano de 1994.

<sup>8</sup> De acordo com a Lei n. 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



científica produzida por intelectuais racializadas, de maneira contínua e naturalizada e não isolada ou reduzida à determinadas temáticas e datas históricas.

Frantz Fanon, por vezes esquecido nos estudos atuais acerca da decolonialidade, lutou contra a colonização europeia, participando ativamente da militância anticolonial. A decolonialidade é atitude, e assim, o giro decolonial<sup>9</sup> exige ação e transformação. Acreditamos que a quebra da lógica colonial ou o poder de decolonizar, aqui entendido como cura (HOOKS, 2017) e como libertação (FREIRE, 1987), reside na educação. A educação é um “elemento chave para o trato da demanda colonial” (RUFINO, 2021). Se valendo de uma perspectiva religiosa de matriz africana, Rufino (2021), de maneira primorosa, no livro, “Vence-demanda: educação e descolonização”, propõe uma “Pedagogia das Encruzilhadas”, que enxerga como um projeto político/poético/ético antirracista e decolonial.

Mesmo levando em consideração essa base teórica, para que se possibilite a futura demonstração da reexistência das docentes universitárias negras, a conjuntura racial dos docentes das universidades federais brasileiras é um ponto à ser observado. O hipotético impacto quantitativo e qualitativo que a Lei nº 12.990 de 2014 deveria ter causado no ensino superior federal, motiva o compartilhamento de parte do Estado de Conhecimento realizado, voltado para teses e dissertações que discutem a cota para professores negros. Diante da ampla repercussão das cotas para as universidades, optou-se pela base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, que é coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, o que possibilitou averiguar quais programas de pós-graduação e respectivas regiões discutiram a temática.

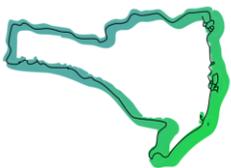
No mês de agosto de 2023, mapeando os trabalhos correlatos às cotas raciais docentes, localizei tão somente 23 pesquisas, sendo que 07 trabalhos são anteriores a 2018 e 09, guardam pertinência com a investigação proposta. A ínfima quantidade de pesquisas encontradas é incompatível com a relevância da ação afirmativa num país em que o racismo é elemento estruturante e que as desvantagens sociais, epistêmicas e salariais são patentes. Aliás, já se antecipe, a relevância das políticas afirmativas foi abordada na tese de Ribeiro (2020).

Compreende-se que, de modo geral, a quantidade de portarias, diretrizes, leis federais, planos e metas, configuram um *big bang* legislativo que acaba não sendo alvo de análises aprofundadas, o que aparenta uma proposital política de desconhecimento. Ainda assim, tratando-se de tema sensível, como a academia não problematiza uma pauta tão relevante? Para além do racismo institucional, talvez, a resposta esteja no redirecionamento da responsabilização para a performatividade e para o fato de que a culpabilização pelo fracasso desaba sobre os ombros dos indivíduos, “os quais teriam que ter se esforçado mais.” A inexpressividade quantitativa de produções acadêmicas, foi levantada numa das dissertações selecionadas, que utilizando os descritores “cotas raciais no serviço público” encontrou apenas 8 pesquisas, no período de 2015 a 2017 (GOMES, 2020).

Nenhuma das teses e dissertações referenciadas estão vinculadas à programas de pós-graduação de universidades da região Sul do Brasil e não pertencem à área do Direito, apesar do ajuizamento de ações judiciais que discutiram a constitucionalidade das cotas em favor dos docentes e também discutiram a autodeclaração ou heteroidentificação fenotípica dos candidatos. Na dissertação de Gomes (2020), este também havia observado que nenhum trabalho estava vinculado à programas de pós-graduação de universidades da região Sul do Brasil, porém, aqueles que localizou, estão concentrados na área do Direito.

Quanto aos 9 trabalhos selecionados, 5 exploraram a temática da reserva de vagas para servidores públicos federais em geral (PACE, 2019; GOMES, 2020; PAULINO, 2020; RIBEIRO, 2020 e SILVA, 2021) e 4 pesquisas focaram na reserva de vagas no contexto da docência

<sup>9</sup> “En primer lugar, un cambio de perspectiva y actitud que se encuentra en las prácticas y formas de conocimiento de sujetos colonizados, desde los inicios mismos de la colonización, y, en segundo lugar, un proyecto de transformación sistemática y global de las presuposiciones e implicaciones de la modernidad, asumido por una variedad de sujetos en diálogo” (MALDONADO-TORRES, 2007).



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



universitária (PALMA, 2019; NUNES, 2020; SOARES, 2020 e COSTA, 2022), sendo que em todas as pesquisas, em determinado capítulo, houve a análise da legislação em destaque.

Na dissertação “Trabalhadoras negras na Universidade Federal de Minas Gerais: o que muda a partir da implementação da lei 12.990/2014?”, Silva (2021), objetivou compreender a inserção das trabalhadoras cotistas na categoria Técnico-Administrativo em Educação da UFMG, se valendo de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semi-estruturadas.

A sub-representação de pessoas negras no serviço público federal (26,4% de servidores do Poder Executivo) e em cargos de direção e assessoramento, no período anterior à publicação da lei, foi enfatizada na tese de Pace (2019), intitulada “O papel das comissões de heteroidentificação como mecanismo efetivo de seleção de negros aos cargos das universidades públicas federais”, ao passo que a sub-representação da população negra nos quadros de pessoal efetivo da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e da Universidade Federal de Pelotas - UFPel (técnicos administrativos em educação e professores) é o alvo da investigação contida na dissertação de Gomes (2020), cujo título é “FURG e UFPel: uma cartografia sobre a repercussão da perspectiva institucional na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014”.

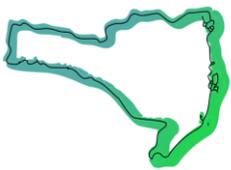
Na dissertação de Nunes (2020), intitulada “A branquitude e o ensino superior: reflexos e desafios na docência”, consta que os reflexos da branquitude podem ser identificados desde a organização da universidade, às relações institucionais com os colegas docentes e/ou discentes. Nas dissertações de Costa (2022), Nunes (2020) e Soares (2020) e na tese de Palma (2019), se constata a caracterização do ensino superior público brasileiro como etilizado e branco. Ainda que o racismo seja uma problemática branca (KILOMBA, 2019), tais constatações explicam a ausência de discussão e de trabalhos produzidos envolvendo uma política afirmativa de tamanha envergadura.

Ribeiro (2020), na tese “Quem é negro no Brasil: as ações afirmativas e o governo das diferenças”, além de abordar a relevância de políticas afirmativas, estuda o critério de definição do sujeito de direito negro para as referidas políticas, em universidades públicas federais e estaduais do Brasil, considerando a Lei n. 12.711 de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, bem como, a Lei n. 12.990 de 2014.

Tendo como recorte temporal o período de 2014 a 2017, de acordo com Palma (2019), na dissertação “Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes nas universidades federais”, de 63 universidades federais das cinco regiões do país, nenhuma conseguiu atingir o valor de 20% de reserva para negros, sendo que a Região Sul (somando os resultados das universidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná), ficou em 2º lugar no ranking de maior índice de reserva de vagas, com um percentual de 4,91% de vagas destinadas para cotistas negros, abrangendo as universidades com maior orçamento e quantitativo de docentes e discentes.

Palma (2019) denuncia a inefetividade da política afirmativa de cotas para a docência pública federal em razão: da publicação de editais de concurso com 01 vaga, fato que impossibilita a aplicabilidade da lei, que delimita a obrigatoriedade de cotas a partir da existência de 03 vagas; da reserva de apenas 01 vaga para pessoas negras, sem atender ao limite legalmente exigido e também, da ausência de fiscalização. Independentemente do evidenciado descompromisso com a pauta racial no âmbito do processo seletivo na modalidade concursal, nenhuma universidade tem o seu prestígio colocado em xeque diante do desrespeito à uma lei, escancarando o racismo epistêmico.

Na obra “Mulher na Educação Superior Brasileira 1991-2005”, publicada pelo INEP (2007), não foi incluída a categoria raça. Não se trata de simples questão numérica, diante do necessário e potente impacto que a representatividade na mulheridade negra causaria na docência acadêmica pública. Gênero importa, mas raça, também importa. A realidade naturalizada e inquestionável da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira, usufruída pelas novas gerações, caracteriza o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022). Além do mais, as estatísticas são tecnologias governamentais. “A estatística, é o conhecimento do Estado, o



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado” (FOUCAULT, 2008).

Transcorridos anos e existindo legislação específica prevendo a obrigatoriedade da adoção de cotas no ensino público superior, desde o ano de 2014, o silêncio universitário - o silêncio da colonialidade - se reverbera na completa falta de fiscalização da legislação, que se extrai da ausência de dados unificados do corpo docente, relacionados à gênero e à raça. A ausência de estatísticas quantitativas no Censo do Ensino Superior, refletem o racismo e uma equivocada universalização do sujeito mulher. Nos relatórios cujo volume de dados é expressivo, o que justifica a ausência do marcador “cor/raça”? A quem interessa esse descompromisso com o perfil racial do quadro docente das universidades federais?

Se o modelo hegemônico educacional não se debruça para os marcadores intragênero, perpetua desigualdades e prejudica o mapeamento das professoras negras nas universidades federais de Santa Catarina. Ao reverso deste posicionamento de falta de dados estatísticos, quanto à dita indisponibilidade de dados raciais pelo Censo do Ensino Superior, acrescentando à indisponibilidade de dados pelo Portal da Transparência e ainda, pelo Sistema de Acesso à Informação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Nunes (2020) interpretou em sua dissertação, que acredita que o quesito racial vem sendo tratado em caráter sigiloso e comparado à documentos pessoais e contas bancárias, o que explicaria o não compartilhamento.

Em sua dissertação, “Contribuições das alterações institucionais na carreira do magistério superior no perfil docente”, Costa (2022) discorreu sobre as principais alterações legislativas na carreira do magistério superior e as desigualdades, inclusive, de raça e gênero. Esclareceu que houve redução do perfil da idade - quase 1 ano de queda - e maior participação feminina na docência superior, entretanto, não houve diferenças estatisticamente significativas em relação aos negros, o que entende ocorrer devido à exigência do curso de doutorado e à inexpressividade de alunos negros cursando programas de doutorado.

Soares (2020), na dissertação intitulada “Interseccionalidade de gênero e raça na docência do ensino superior: representatividade, visibilidade e resistência”, investigou a participação das mulheres negras na docência, tendo como referencial, o quadro docente da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

A inefetividade da política afirmativa de cotas para a docência pública federal é manifesta. Se insurgindo em face da falta de visibilidade na academia, Ferreira, E. M.; Ferreira, M. A. M e Teixeira (2022), sinalizam para a baixa representatividade de alunos negros nos cursos de pós-graduação stricto sensu, o que interfere na ascensão à carreira docente. Bachrach e Baratz, no ano de 1962, já haviam concluído que não agir quanto à um problema é uma forma de política pública, o que categoriza analiticamente o peso das omissões.

Em sua dissertação, “Trajetórias institucionais das políticas afirmativas: avaliando a política de cotas raciais nos concursos públicos realizados pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) no ano de 2016”, Paulino (2020), abordou a escassez de avaliações de política de cotas raciais aplicada em concursos públicos. A vigência da Lei nº 12.990 é de 10 anos e como foi promulgada em 09 de junho de 2014, já está chegando ao fim. Essa circunstância acentua a necessidade de avaliação da política pública e, portanto, de mapeamento estatístico do cenário atual.

Quanto à necessidade de mapeamento, após orientações recebidas por email, por parte da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, questionou-se por meio da ferramenta “Plataforma Fala.BR”: a) se existe algum levantamento acerca da quantidade de professores universitários pretos e pardos, vinculados à Instituição; b) em caso positivo, para além do levantamento quanto à distinção racial, se existe algum levantamento com distinção de gênero, de modo que se poderia concluir quantas professoras se autodeclararam pretas e pardas; c) em caso negativo, se existe alguma outra forma de atestar quantos professores estão vinculados à universidade e se autodeclararam pretos e pardos e pardos; d) por fim, se nos concursos públicos para docentes, é aplicada a cota racial.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



No tocante à UFSC, as informações recebidas relacionadas à data 31/07/2023, apontam que vem sendo realizado o levantamento do perfil racial e de gênero dos professores universitários e disponibilizado por meio da plataforma “Observatório UFSC”, lançada no final de 2021, sendo que a lei de cotas remonta ao ano de 2014. 1.142 docentes são mulheres e 1.423 são homens, totalizando um total de 44,52% de mulheres compondo a docência universitária da UFSC. Quanto ao levantamento propriamente dito, se extrai<sup>10</sup>:

Raça dos docentes ativos em 31/07/2023					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
36	2.299	6	181	41	2

Raça das docentes mulheres					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
16	1.042	2	61	20	1

Raça dos docentes homens					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
20	1.257	4	120	21	1

O mesmo requerimento foi feito em relação à UFFS, campus Chapecó, cuja resposta redirecionava para a plataforma Microsoft Power Bi:

Raça dos docentes ativos em 31/07/2023					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
2	227	-	13	3	2

Raça das docentes mulheres					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
1	104	-	4	2	-

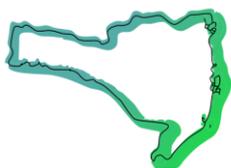
Raça dos docentes homens					
Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada
1	123	-	9	1	2

De acordo com ambas as instituições, é aplicada a reserva de vagas para pessoas negras de acordo com a legislação vigente, contudo, a desproporção racial é alarmante. Os dados disponibilizados na plataforma do Observatório UFSC, acessada após a resposta à consulta na “Plataforma Fala.BR”, não foram considerados no Censo de 2021. O mesmo se deu com os dados disponibilizados no site da UFFS, via plataforma Microsoft Power Bi. Diante da hegemonia de corpos brancos no contexto docente das universidades federais brasileiras, impossível não se refletir acerca da branquitude, que significa a pertença racial das pessoas brancas, ou melhor esclarecendo, a racialização das pessoas brancas sob o ponto de vista dos privilégios que as unificam (BENTO, 2022).

Na docência federal de Santa Catarina, estado recordista em ocorrências do crime de injúria racial entre 2019 a 2020 (TJSC, 2021)<sup>11</sup>, apesar da proximidade à paridade de gênero, o solipsismo acadêmico racial, capturado nas autodeclarações dos microdados do INEP (2021), chancela a literatura especializada, no sentido de que o gênero, enquanto objeto isolado de análise, não é suficiente para abarcar a pluralidade de sujeitos que compõem o universo feminino (LUGONES,

<sup>10</sup> Tabelas criadas pelas autoras.

<sup>11</sup> Ofensa à dignidade ou ao decoro em razão da raça, cor, etnia ou procedência nacional. Exemplo: chamar alguém de “macaco”.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



2014) e que suportam o múltiplo peso da discriminação interseccional, como a classe, raça, etnia, sexualidade e a religião (CRENSHAW, 2002). A universalização da categoria “mulher” solidifica a colonialidade de gênero, entendida como desumanização e sujeitificação (LUGONES, 2014).

As atribuições de ensino, pesquisa e extensão em tempos tão dinâmicos e fluídos, por si só, já seria de uma complexidade expressiva. Soma-se esse dinamismo e fluidez, à política de sucateamento, em especial, os cortes orçamentários, o paradigma mercantil da educação, que pode provocar o alinhamento das pesquisas com os interesses dos setores econômicos, afrontando a autonomia didático-científica e solidificando o machismo e o racismo. Necrosados pela estrutura do patriarcado, do racismo e do elitismo, a situação de mulheres e negros (DELFINI, 2022) é de vulnerabilidade.

Mulheres racializadas, cuja cor da pele não é branca, experienciam a dor advinda do ódio de gênero e do ódio racial e foram duramente exploradas em processos coloniais, por vezes, romantizados. Reconhecidamente antimusas da sociedade brasileira, as mulheres negras não existem (WERNECK, 2010). Em meio ao silêncio das ações da Idade Moderna com suas trágicas dinâmicas coloniais e ao patente racismo e sexismo epistêmico entranhado na estrutura das universidades latino-americanas e caribenhas (QUIJANO, 2009), o universo da docência universitária vem reproduzindo uma segregação racial e científica. Kilomba (2019) caracterizou o espaço universitário como um local de violência, no qual o privilégio da fala é negado para as pessoas negras.

A experiência simultânea das opressões de raça, gênero e classe, ao longo dos anos, foi denunciada por diversas professoras universitárias negras. Seja em razão das contribuições advindas dos estudos das teóricas feministas negras sobre interseccionalidade; seja em razão da contribuição do alerta de Kilomba (2019), ao denunciar a ocorrência do racismo genderizado, que é a opressão sofrida por mulheres negras, estruturada por percepções racistas de papéis de gênero; seja em razão dos resultados estatísticos de marginalização econômica que acometem a população; seja ainda, em razão da obrigatoriedade de se avaliar a eficácia social da lei de cotas para docentes, enfim, diversos fatores induzem à necessidade de se tabular raça e gênero.

Como a lógica interseccional não tem sido observada pelo sistema educacional brasileiro - cuja omissão e o silêncio indolente em face do racismo estrutural, capilar e recreativo, clamam por reconstituições políticas e epistêmicas – o racismo acaba reverberando, nos espaços educacionais, alcançando os ambientes laborais, estruturados pela lógica do capitalismo contemporâneo.

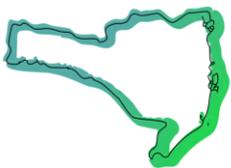
Nesse caminhar, compartilhar as vivências de intelectuais universitárias negras é uma estratégia de combate à retroalimentação das discriminações e da invisibilidade, tal qual defendido pelas pesquisadoras Santos e Ziliotto (2022), que entrevistaram educadoras vinculadas à universidades privadas, as quais narraram seus percursos de vida contendo episódios racistas.<sup>12</sup> É valorizar vozes femininas marginalizadas, seus saberes e culturas; repudiar os silenciamentos característicos da colonialidade (KILOMBA, 2019); visibilizar narrativas e produções teóricas historicamente apagadas.

A importância de ouvir a voz racializada foi reconhecida por Spivak<sup>13</sup> (2010), que entende a subalternidade como a incapacidade de falar e de ser ouvido. A autora se debruçou para as representações dos sujeitos do Terceiro Mundo, em especial, do sul da Ásia. Trouxe como pano de fundo, o processo de colonização britânica na Índia, com a ausência de liberdade de escolha das mulheres indianas que viram o ritual de autoimolação das viúvas ser abolido pelas autoridades britânicas, sem que fosse levado em consideração suas perspectivas.

A autora teceu críticas à Michel Foucault e Gilles Deleuze, por ignorarem a violência epistêmica e se analisou o paradoxo entre o “Eu” eurocêntrico e sobre o “Outro”. Anônimos, os sujeitos do Terceiro Mundo não podem falar por si porque não são compreendidos ou apoiados. São sujeitos deixados de fora das estruturas políticas de poder. Lugar de fala é a expressão das experiências

<sup>12</sup> A pesquisa não informa a cidade e as instituições envolvidas.

<sup>13</sup> Gayatri Chakravorty Spivak: nascida em Calcutá em 1942, graduada em inglês, pela Universidade de Calcutá, mestra e doutora pela Universidade de Cornell nos Estados Unidos.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



distintas vivenciadas pelos sujeitos à depender dos espaços sociais que ocupam (RIBEIRO<sup>14</sup>, 2017). Pessoas submetidas à formas distintas de opressão, conseqüentemente, terão prioridades e interpretações diferentes sobre a realidade.

Para hooks (2017), a docência universitária é a teorização da própria existência. Na obra “Ensinando a transgredir”, hooks (2017) narrou as suas vivências pessoais com a experimentação de uma pedagogia como prática da liberdade e de uma pedagogia como método de reforço de práticas dominantes. A educação requer professores subversivos que considerem as fissuras da colonialidade e o seu padrão “racialização-desumanização”. Subverter significa desnaturalizar, desnormalizar, desconstruir, o que conduz ao destaque para professoras negras que por meio da militância e da docência no ensino superior federal catarinense, vêm reexistindo, falando por si mesmas em seus textos acadêmicos, acerca das desigualdades de gênero e raciais.

Afirmar-se como mulher, negra e professora universitária é um ato de “reexistência” porque com suas narrativas, rompem silêncios subalternizadores. Inevitavelmente, as professoras universitárias negras associam o conhecimento às suas lutas e, por si mesmas, falam sobre suas experiências, histórias e resistências, como as icônicas Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Djamila Ribeiro, Grada Kilomba, Kimberlé Crenshaw e Lélia Gonzalez.

Em meio à pesquisa bibliográfica, nos sites das universidades federais catarinenses UFFS e UFSC, encontramos referências às professoras Claudete Gomes Soares e Joana Célia dos Passos. Claudete Gomes Soares é mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, professora associada da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus Chapecó, local em que coordena o NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFFS. De acordo com o seu currículo lattes, suas atividades de extensão e pesquisa têm se desenvolvido no campo das relações étnico-raciais no Brasil Contemporâneo.

No artigo intitulado “Educação Antirracista e democratização do ensino superior”, publicado em 2021, manifesta que leva em consideração a sua mulheridade e negritude no contexto da docência universitária, para redigir a pesquisa. Eis aí a característica política de autoidentificação<sup>15</sup> de docentes negras, que, conscientes da sua realidade e do papel que historicamente ocupam, consideram na atuação profissional diária, a negritude. A professora se insurge contra o fato da academia servir como engrenagem de manutenção das relações díspares entre pessoas racializadas e não-racializadas.

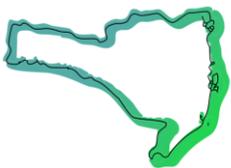
De acordo com a docente:

[...] entendemos que o protagonismo masculino e branco em uma região do Brasil que forja sua identidade a partir dos vínculos europeus, alinhada a uma tradição de esquerda que banaliza a luta do movimento social negro como cultural ou identitária, fez com que o projeto político da UFFS tenha se desenvolvido totalmente acomodado à hegemonia racial, apesar de se colocar em um campo democrático e/ou progressista.

Ao analisar a organização curricular de dois projetos pedagógicos de cursos de licenciatura da UFFS, do campus Chapecó, cujo funcionamento iniciaria em 2010, a professora concluiu que não houve preocupação em ofertar para os estudantes das licenciaturas, componentes curriculares que atendessem às exigências para formação de professores, impostas pelas Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, com componentes curriculares cujos conteúdos fossem focados na cultura e história africana, afro-brasileira e indígena.

<sup>14</sup> Djamila Ribeiro: nascida em São Paulo no ano de 1980, é graduada e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. Autora das obras "O que é Lugar de fala?", publicada em 2017, "Quem tem medo do feminismo negro?", publicada em 2018 e "Pequeno Manual Antirracista", publicada em 2019.

<sup>15</sup> À exemplo da afirmação de Lorde (2019), que na obra “Irmã outsider”, assim como em seus discursos, se autoidentificou como lésbica, negra, feminista e socialista, mãe de dois, incluindo um menino, e integrante de um casal inter-racial.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A professora Joana Célia dos Passos, vice-reitora da UFSC, é mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com o site da UFSC, exerce a docência no Departamento de Estudos Especializados em Educação e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e tem grande experiência com movimentos sociais e participação importante nas lutas antirracistas e feministas. No ano de 2019, recebeu a Medalha Antonieta de Barros, cuja finalidade é homenagear mulheres que tenham se destacado nas áreas cultural, desportiva, empresarial, política, ou de ação social em Florianópolis.

No artigo intitulado “Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas, Passos (2015) discorre sobre o racismo e o contexto acadêmico. A professora adverte: “ao mesmo tempo em que as desigualdades raciais vêm ganhando espaço nos debates públicos e na divulgação de indicadores sociais, as políticas educacionais, consideradas universalistas, são questionadas, uma vez que não conseguem atingir a maioria da população negra.”

Conforme reconhecido por Hall (2006), não é possível oferecer afirmações conclusivas sobre o que é identidade, visto tratar-se de aspecto complexo, que envolve múltiplos fatores e diferentes formas de diferenças, são constantemente negociadas no processo de construção identitária. De toda a maneira, é possível afirmar que as professoras negras falam de um lugar de dor, já que, no contexto da constituição de identidades afro-latino-americanas, compartilham as sequelas de um passado diaspórico de exclusão e de violência.

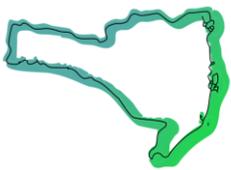
### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização das assimetrias intragênero relacionadas à atuação profissional das mulheres negras no ensino superior carece de visibilidade. A manifesta sub-representação de professoras racializadas, desencadeia na falta de produção científica plural e no apagamento epistêmico, esvaziando o potencial emancipatório das teorias feministas negras e decoloniais, que para além de abordagens críticas, exigem ações concretas, à exemplo de abarcar diversidades de gênero, raciais, sociais, culturais e políticas. Como falar em decolonialidade sem diversidade e iniciativas propositivas? Que giro decolonial é este que não garante a representatividade num espaço tão relevante como é o espaço da docência universitária?

A reexistência das professoras universitárias negras digladiam com as fissuras históricas e amarras coloniais e a decolonialidade pressupõe justamente práxis e professores combativos e subversivos. Raça e gênero são marcadores que não podem ser silenciados, portanto, os lugares de fala de professoras racializadas, os quais se reverenciam nesta pesquisa, são lugares de representatividade, reexistência e de embate às dinâmicas coloniais, ao racismo e ao sexismo. São insurgências antirracistas e antissexistas em face da segregação da branquitude acadêmica e da histórica invisibilidade de populações marginalizadas, voltadas para a construção de uma educação feminista decolonial.

Como se trata de pesquisa que dá suporte à tese em andamento, foi alcançado apenas parcialmente, o objetivo geral da pesquisa, que foi analisar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras negras das Universidades Federais de Santa Catarina. Isso porque, a pesquisa bibliográfica encontra-se em andamento e a metodologia da história oral poderá ser perfectibilizada quando do encerramento da pesquisa teórica, condicionada ao consentimento das entrevistadas e demais procedimentos ético-legais.

No mais, o primeiro objetivo específico da pesquisa que foi problematizar a ausência de dados unificados de gênero e de raça do corpo docente do ensino superior, disponibilizados pelo Censo, restou alcançado, observando-se que as próprias universidades estão diligenciando nos referidos dados. Quanto ao segundo objetivo específico, que foi mapear a presença de professoras negras nas Universidades Federais de Santa Catarina, se logrou êxito, diante da consulta às “Plataforma Fala.BR” e “Microsoft Power Bi”. O terceiro objetivo de visibilizar as experiências identitárias, formativas e pedagógicas das professoras universitárias negras, foi alcançado parcialmente, porque



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



apesar de ainda não terem sido estruturadas e realizadas entrevistas com docentes, entende-se que a presente proposta já serve como uma oportunidade de conscientização e popularização acadêmica.

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

BRASIL. **Lei n. 12.990 de 9 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan./jul. 2002.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Fala BR. **Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br>.

COSTA, Rodolfo Machado. **Contribuições das alterações institucionais na carreira do magistério superior no perfil docente**. Dissertação (Economia). Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. 2022.

DELFINI, Ana Claudia. **Nas tramas dos sentidos de gênero e trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2022.

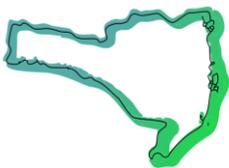
DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FANON, Frantz Omar. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

FERREIRA, Edimara Maria; FERREIRA, Marco Aurelio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano Teixeira. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 303-315, maio/ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



GOMES, Mara Beatriz Nunes. **FURG E UFPel: Uma Cartografia Sobre a Repercussão Da Perspectiva Institucional Na Execução Da Lei Federal n.º 12.990/2014.** 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de educação superior 2021.** Brasília: 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre a experiência.** Tradução Cristiana Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider.** Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas.** Florianópolis. Set/Dez. 2014.

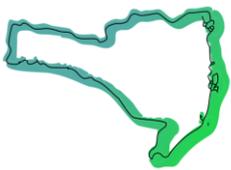
MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. **A Branquitude e o Ensino Superior: Reflexos e desafios na Docência.** Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.

PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da. **Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2019.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista,** Belo Horizonte, v. 31, n. 02, p. 155-182, abr-jun, 2015.



## II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



PAULINO, Rhavenna Magalhães. **Trajetórias institucionais das políticas afirmativas:** Avaliando a política de cotas raciais nos concursos públicos realizados pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) no ano de 2016. Dissertação (Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará – CE. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula Meneses (Org). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S/A, p. 73-117, jan. 2009.

RIBEIRO, Bruno de Oliveira. **Quem é Negro No Brasil?** As ações afirmativas e o Governo das Diferenças. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pampa – RS. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RISTOFF, Dilvo (org). **A mulher na educação superior brasileira:** 1991-2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

RUFINO, Joel. **Vence-demanda:** educação e descolonização. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Letícia Laureano dos; ZILLOTTO, Denise Macedo. Histórias de vida de professoras negras na educação superior. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Salvador, v. 7, n. 21, p. 476-491, maio/ago. 2022.

SILVA, Luciana Gomes da Luz. **Trabalhadoras Negras Na Universidade Federal De Minas Gerais:** O Que Muda a Partir Da Implementação Da Lei 12.990/2014? 2021.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOARES, Claudete Gomes. Educação antirracista e democratização do ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, set/dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v16i37.45015>.

SOARES, Cristiane Barbosa. **Interseccionalidade de Gênero e Raça na docência do Ensino Superior:** Representatividade, Visibilidade e Resistência. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TJSC. **Santa Catarina é o Estado brasileiro recordista em registro de casos de injúria racial.** Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/santa-catarina-e-o-estado-brasileiro-recordista-em-registro-de-casos-de-injuria-racial?redirect=%2F>.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo II. Quito: Ediciones Abya Yala, 2017.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe. In: **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 08-17, marjun de 2010.